



ACÓRDÃO Nº455/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11828/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Francisco Assis Santos Soares (Ordenador de Despesa), Alonso Oliveira de Souza (Ordenador de Despesa), Walfrido de Oliveira Silva Neto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Yngrid Ventilari de Figueiredo – OAB/AM 4.658.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1556/2020-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH. Exercício de 2017.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular com fundamento no art. 188, III, do RI-TCE/AM, as Contas Anuais da Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias- SNPH, exercício financeiro de 2017, sob responsabilidade dos **Srs. Alonso Oliveira de Souza, Francisco Assis dos Santos e Walfrido de Oliveira Silva Neto.**

10.2. Considerar em Alcance com fundamento no art. 304, VI, da Resolução n. 04/02-TCE/AM, o **Sr. Alonso Oliveira de Souza** no valor de **R\$ 800,54** (oitocentos reais e cinquenta e quatro centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM", com a devida comprovação perante esta Corte de Contas (art.72, III, "a", da Lei nº 2423/96) e com as devidas atualizações



ACÓRDÃO Nº455/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

monetárias (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM).

10.3. Considerar em Alcance com fundamento no art. 304, VI, da Resolução n. 04/02-TCE/AM, o **Sr. Francisco Assis Santos Soares** no valor de **R\$ 5.760,97** (cinco mil, setecentos e sessenta reais e noventa e sete centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM", com a devida comprovação perante esta Corte de Contas (art.72, III, "a", da Lei nº 2423/96) e com as devidas atualizações monetárias (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM).

10.4. Considerar em Alcance com fundamento no art. 304, da Resolução n. 04/02-TCE/AM, o **Sr. Walfrido de Oliveira Silva Neto** no valor de **R\$ 18.195,15** (dezoito mil, cento e noventa e cinco reais e quinze centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM", com a devida comprovação perante esta Corte de Contas (art.72, III, "a", da Lei nº 2423/96) e com as devidas atualizações monetárias (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM).

10.5. Aplicar Multa, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) com fundamento no art. 54, VI, da Lei n. 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, ao **Sr. Alonso Oliveira de Souza**, pela não apresentação de parecer pelo CEPINF, para aquisição de material de informática como determina o parágrafo único da resolução nº 04/2006 – CEPINF e em razão de débito não tomado pelo órgão no valor de R\$ 800,00. A sanção pecuniária deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na



ACÓRDÃO Nº455/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.6. Aplicar Multa no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) com fundamento no art. 54, VI, da Lei n. 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, ao **Sr. Francisco Assis Santos Soares** em razão de débito não tomado pelo órgão no valor de R\$ 5.760,97, de ausência de comprovações para justificar o resultado registrado no ativo real líquido da entidade e de descumprimento do art. 94 da Lei n. 4.320/64. A sanção pecuniária deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.7. Aplicar Multa ,com fundamento no art. 54, VI, da Lei n. 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, ao **Sr. Walfrido de Oliveira Silva Neto**, em virtude de débito não tomado pelo órgão no valor de R\$ 18.195,15 e do descumprimento do art. 94 da Lei n. 4.320/64, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), sanção essa que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.8. Determinar à atual gestão da SNPH que evite a ocorrência das falhas observadas pela Comissão de Inspeção.

10.9. Dar ciência do desfecho atribuído a estes autos aos **Srs. Alonso Oliveira de Souza, Francisco Assis Santos Soares e Walfrido de Oliveira Silva Neto**.



ACÓRDÃO Nº455/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Maio de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral